



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 96390-0/01

EMBARGANTE: MARIA DA CONCEIÇÃO AFONSO DE ALBUQUERQUE E MELO E OUTRO

EMBARGADO: IRENE AFONSO DE ALENCAR E OUTRO

RELATOR: DES. AGENOR FERREIRA DE LIMA

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ACORDÃO IMPUGNADO QUE NÃO DEIXOU DE ANALISAR NENHUM DOS PEDIDOS OU QUALQUER ARGUMENTO DA EMBARGANTE QUE PUDESSE MODIFICAR O ENTENDIMENTO EXPLANADO. EMBARGOS NÃO ACOLHIDOS.

1. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões e teses jurídicas levantadas pela parte se, da análise que fez dos autos, encontrou razões suficientes para formar a sua convicção.
2. Inexiste omissão no aresto embargado, uma vez que a matéria foi devidamente tratada por ocasião do julgamento.
3. O acórdão embargado não se enquadra em nenhuma das hipóteses de omissão, quais sejam, a não análise de algum dos pedidos ou de algum fundamento/argumento/questão capaz de influenciar no julgamento do pedido.
4. Embargos de declaração não acolhidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam
Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do
mc



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar acolhimento ao presente recurso, tudo nos termos do voto do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife, 05 de

Junho de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 96390-0/01

EMBARGANTE: MARIA DA CONCEIÇÃO AFONSO DE ALBUQUERQUE E MELO E OUTRO

EMBARGADO: IRENE AFONSO DE ALENCAR E OUTRO

RELATOR: DES. AGENOR FERREIRA DE LIMA

RELATÓRIO

RECURSO:

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por MARIA DA CONCEIÇÃO AFONSO DE ALBUQUERQUE E MELO E OUTRO contra decisão prolatada nos autos da Apelação Cível nº 96390-0, em que contende em face de IRENE AFONSO DE ALENCAR E OUTRO.

ACÓRDÃO EMBARGADO:

Ementa constante às fls. 244, colacionada *ipsi litteris*:

EMENTA: EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. . ERRO CRASSO. INTERPOSIÇÃO ERRÔNEA DE RECURSO DE APELAÇÃO AO INVÉS DE MERO PRONUNCIAMENTO DE CONTRARRAZÕES. RECURSO CONHECIDO COMO SENDO CONTRARRAZÕES. ARGUIÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA, AO ARGUMENTO DE QUE O JULGADOR ERROU, AO EXTINGUIR O FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO INDEFERINDO A INICIAL POR ENTENDER QUE O PEDIDO ERA JURIDICAMENTE IMPOSSÍVEL. JURIDICAMENTE IMPOSSÍVEL É O PEDIDO QUE NÃO ENCONTRA AMPARO EM FACE DO DIREITO MATERIAL POSITIVO. RECURSO IMPROVIDO.

mc

1



2670

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

- 1- Argumenta, de pronto, que o conceito de possibilidade jurídica do pedido repousa na existência dentro do ordenamento jurídico, em abstrato, de um tipo de providência como a que se pede em juízo a viabilizar o exame da pretensão deduzida.
- 2- Juridicamente impossível é o pedido que não encontra amparo em face do direito material positivo. Ocorre que a pretensão autoral esbarra na prática ilegal de pseudo loteamento, violando os arts. 46 e 50 da Lei n.º 6766/79, no particular, existindo acerto ilícito para fins de sorteio e venda de lotes inexistentes.
- 3- A doutrina mais acatada entende que o pedido é juridicamente possível quando a norma jurídica não proíbe expressamente causa de pedir injurídica porque fundada em fato tutelado.
- 4- Apelo que não deflagra as modificações pretendidas.

FUNDAMENTOS DO RECURSO:

Em suas razões, a Embargante ressalta que o acórdão vergastado foi omissivo ao não analisar a nulidade de sentença devidamente apontada no recurso de Apelação.

Por esta razão, pugna pelo conhecimento e provimento dos Embargos para que seja suprida a omissão apontada.

Independentemente de pauta, ponho o feito em mesa para julgamento.

É o Relatório.

Recife, 05 de *junho* de 2014.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 96390-0/01

EMBARGANTE: MARIA DA CONCEIÇÃO AFONSO DE
ALBUQUERQUE E MELO E OUTRO

EMBARGADO: IRENE AFONSO DE ALENCAR E OUTRO

RELATOR: DES. AGENOR FERREIRA DE LIMA

VOTO

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos embargos.

Inicialmente, devo frisar que o art. 535 do CPC é bastante claro ao dispor que cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão. Esse recurso específico não tem, portanto, a finalidade de substituir o acórdão embargado, tampouco corrigir os fundamentos da decisão.

Além do mais, a interpretação de determinado dispositivo pelo julgador, contrariamente à tese defendida pela parte, não dá ensejo aos embargos declaratórios, cujo fim é o de sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão.

De uma verificação dos fundamentos do recurso e reanálise da decisão embargada, observo que toda a matéria foi devidamente tratada por ocasião do respectivo julgamento de forma explícita e bem delineada. Acrescente-se ainda que, consoante pacífica jurisprudência, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões e teses jurídicas

mc



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

levantadas pela parte se, da análise que fez dos autos, encontrou razões suficientes para formar a sua convicção.

Nesse sentido, colhe da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL [...] EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - REJEIÇÃO - ALEGADA AFRONTA AO ART. 535 E 280, 281 E 282 DO CPC - INOCORRÊNCIA [...] RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE, MAS IMPROVIDO. 1. O Tribunal de origem solveu a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, apenas não adotando a tese dos recorrentes, razão pela qual fica afastada a afronta ao art. 535 do CPC. [...]". (STJ - REsp 993.554/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJU 30.5.2008)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. MOTIVAÇÃO DO ACÓRDÃO. 1. É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que por si só, achou suficiente para a composição do litígio. 2. Agravo regimental improvido. (Agravo Regimental nº 169.073/SP, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, j. unânime em 04.06.98, DJ 17.08.98).

mc

4



270
14

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Assim sendo, inexistiu vício algum no julgado embargado, o qual declinou, de maneira expressa, a arguição de nulidade da sentença e o não provimento desse argumento.

Por fim, no intuito de enriquecer o fundamentos do presente *decisum*, ressalto que, segundo o jurista Fredie Didier Júnior, existem dois tipos de decisão omissa, "a) aquela que não examinou um pedido (questão principal); b) a que não examinou algum fundamento/argumento/questão que tem aptidão de influenciar no julgamento do pedido (questão incidente), que efetivamente ocorreu." ((DIDIER JR., Fredie. Curso De Processo Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e processo nos Tribunais. V.3. Salvador: Editora Jus Podivm. 2012, P. 209). Diante disso, esclareço que o acórdão em questão não se enquadra em nenhuma destas hipóteses, posto que não deixou de analisar nenhum dos pedidos ou qualquer argumento da Embargante que pudesse modificar o entendimento explanado.

Face ao exposto, conheço dos embargos declaratórios, mas **negotio lhes acolhimento.**

É como voto.

Recife, 05 de junho de 2014.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator